



Mídia e Construção do Conhecimento: A Crítica Feminista ao Saber Científico¹

Bruna RODRIGUES²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Como qualquer outro empreendimento humano, a pesquisa científica é guiada por valores historicamente localizados. O presente artigo analisa algumas críticas de inspiração feminista que buscaram refutar a ideia de que a ciência é neutra, ao mostrarem que, em muitos momentos, desigualdades e relações assimétricas de poder entre homens e mulheres foram corroboradas pelo conhecimento científico, que é amplamente disseminado pelos meios de comunicação. Em última instância, o objetivo deste trabalho é analisar tais críticas e, assim, contribuir para a discussão sobre o lugar das mulheres na ciência, sejam como objetos de pesquisa ou como produtoras do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: ciência; mídia; feminismo; gênero.

INTRODUÇÃO

Na edição de março de 2011, a revista masculina *Men's Health*, da Editora Abril, trazia como uma de suas chamadas de capa a seguinte frase: “A ciência garante: seduzir é moleza!”. Nas páginas internas, a matéria apresentava resultados de diversos estudos científicos que traziam orientações de como os homens deveriam se relacionar com o sexo oposto. Uma das dicas, por exemplo, trazia um alerta aos leitores ao explicar: “Mulher gostosa tem, em geral, alto nível de estradiol – hormônio do desenvolvimento de seios grandes, quadris arredondados. Por isso, possui maior chance de trocar um homem por outro mais desejável, apontou pesquisa da Universidade do Texas (EUA)”.

A matéria, escolhida de modo aleatório pela autora deste trabalho, é representativa da maneira como alguns setores da ciência buscam analisar comportamentos e práticas sociais de homens e mulheres, utilizando argumentos biológicos e ancorando seus discursos nas diferenças físicas, e mesmo hormonais, entre os sexos. Dada a importância das ciências biológicas para a conformação daquilo que

¹ Trabalho apresentado no DT 06 – Interfaces Comunicacionais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação da UERJ, email: brunamensagens@gmail.com.



entendemos como comportamentos feminino ou masculino, acreditamos ser válido analisar as críticas que foram feitas aos discursos produzidos pelo saber científico a respeito das diferenças entre homens e mulheres, que carregam consigo metáforas de gênero.

O objetivo específico deste trabalho é tratar brevemente das teorias feministas que foram criadas como contraposição à ciência tradicional, acusada muitas vezes de ser sexista e reforçar determinados estereótipos. Evidentemente, o campo dos chamados estudos de gênero é vasto e interdisciplinar. Dessa maneira, considerando as limitações de nosso espaço de discussão, tratamos de algumas vertentes de pesquisa, sem, no entanto, contemplar todos os aspectos da questão.

Inicialmente tratamos da história da constituição do movimento feminista no Brasil, bem como de suas principais reivindicações políticas. Como um dos responsáveis pelo aumento da presença feminina no âmbito acadêmico, o movimento feminista impactou de forma determinante na produção científica e nas críticas ao conhecimento já estabelecido.

Em seguida, tratamos da elaboração do conceito de gênero e dos estudos feministas fundadores, que podem ser localizados na década de 1970, e ainda das teorias elaboradas dentro do campo médico e biológico pelas chamadas “feministas biólogas”. Damos ênfase às críticas feitas no campo da primatologia, disciplina das ciências biológicas que foi fortemente influenciada pela crítica feminista, como veremos. Por último, analisamos um estudo contemporâneo, feito pela pesquisadora brasileira Marina Nucci, que dá prosseguimento à tradição da crítica à ciência e procura desconstruir estereótipos de gênero.

O saber científico possui, em nossa sociedade, um estatuto de verdade e serve de embasamento para diversos trabalhos jornalísticos. Entretanto, tal visão vem sendo gradativamente desconstruída, como explica Maria Teresa Citeli (2001, p.135): “[...] apesar da crença que leva alguns cientistas naturais a acreditar que suas proposições são um ‘espelho da natureza’, elas na verdade refletem, e muito, sua cultura; não são produzidas no vácuo”. Londa Schiebinger (2001, p.12), pesquisadora com diversos trabalhos que tratam da história da ciência, vai adiante e mostra que não apenas a análise é enviesada, mas a própria seleção dos objetos de pesquisa sofre influências culturais: “A cultura vigente determina o modo como dirigimos nossa atenção ao mundo à volta, a maneiras particulares de fazer ciência, guiando a construção de instrumentos que desvelam certos tipos de objetos, enquanto escondem outros”.



A análise da história da ciência tem como marco a obra *A estrutura das revoluções científicas*, publicada pela primeira vez em 1962 pelo físico norte-americano Thomas Kuhn. Segundo Kuhn, a ciência é formada por paradigmas, que vão sendo gradativamente substituídos por outros, fato que garante seu caráter dinâmico e mutável.

Entretanto, apesar de sua mutabilidade, o discurso científico é tido muitas vezes como absoluto, podendo reproduzir estereótipos sexistas, ao elaborar teorias que justificam, por meio de argumentos biologizantes, as diferenças entre homens e mulheres. É sobre esses trabalhos que recai a crítica feminista, que trabalhou no sentido de mostrar que a ciência também é uma atividade social e cultural e, por isso, deve ser passível de questionamento e revisão. As críticas, como veremos, buscam desconstruir o chamado “determinismo biológico”, entendido aqui como “[...] conjunto de teorias segundo as quais a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades - ou comportamentos e variações de habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade humanos - derivam de limites ou privilégios inscritos na constituição biológica” (CITELI, 2001, p.134).

A relevância desta rápida abordagem está ancorada no fato de a ciência ser uma importante fonte de estudo de valores contemporâneos, além de ser uma atividade cujos resultados são intensamente divulgados pelos meios de comunicação. Dessa maneira, acreditamos que investigar as críticas aos discursos científicos sobre a diferença sexual ajuda na compreensão da própria sociedade e pode contribuir para a superação de algumas hierarquias de gênero. Por último, notamos que este artigo, por sua brevidade, apresenta apenas trabalhos pontuais e possui conclusões limitadas.

2. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: NOTAS GERAIS

As origens do movimento feminista podem ser localizadas no século XVIII, durante o período da Revolução Francesa. No Brasil, no entanto, as primeiras mobilizações de mulheres datam do fim do século XIX e início do século XX, momento em que as demandas do movimento feminista, que ainda era incipiente em termos de organização, estavam ligadas ao exercício da cidadania plena, como o acesso das mulheres à educação formal e o direito ao voto, além da igualdade salarial em relação aos homens no mercado de trabalho (CARRARA et. all., 2010, p.72).

Durante o século XIX, após a vinda da Família Real para o Brasil, foram criadas escolas para meninas pertencentes à elite da época. O ensino, no entanto, era composto



por disciplinas que agregavam valor às mulheres no mercado da economia marital, como aulas de boas maneiras e trabalhos manuais, além de noções de francês. Um ditado brasileiro da época traduzia o preconceito em relação àquelas que fossem escolarizadas: “Mulher que sabe latim não tem marido nem bom fim” (Ibid, p.73).

Apesar das restrições à participação feminina no espaço escolar, já havia mulheres intelectualizadas como Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis e Josefina Álvares de Azevedo, entre outras, cujos trabalhos (como obras literárias e jornais) defendiam os direitos femininos. Entretanto, no Brasil, a conquista do espaço universitário, que seria de vital importância para o ingresso das mulheres na produção do saber científico, se deu apenas em 1879. Mesmo nessa época ainda era necessário obter autorização escrita de pais (no caso de mulheres solteiras) ou maridos (situação de mulheres casadas) para o ingresso no ensino superior. Já o direito ao voto (e à eleição) passou a ser garantido em 1932, com a instituição de um novo Código Eleitoral, durante o governo de Getúlio Vargas (Ibid, p. 80).

Durante a segunda metade do século XX, período que ficou conhecido como “nova onda feminista” (ou ainda “segunda onda feminista”), o movimento atuou na luta política pela redemocratização brasileira, como explica Maria Betânia Ávila (2008, p.59): “No Brasil, o movimento feminista contemporâneo se engajou ainda sob o regime militar, e está, desde a sua origem, envolvido no processo de democratização do país. Neste contexto, o movimento feminista se situou, historicamente, no campo da esquerda”.

Ainda na década de 1970, o movimento se institucionaliza e começa a atuar em frentes que não estavam diretamente ligadas aos grupos políticos, “passando a construir formas de existência na sociedade civil para além dos grupos independentes e dos setores femininos dos partidos, estruturando-se em organizações governamentais ou não-governamentais” (SCHMIDT, 2000, p.1). É também nos anos de 1970 que os impactos da invenção da pílula anticoncepcional começam a se fazer sentir na sociedade. Ao dissociar atividade sexual de reprodução, a pílula contribui para um período de grande liberalização sexual. É ainda nesse momento em que as mulheres passam a colaborar, de forma sistemática, com a produção do conhecimento científico, questionando a supremacia masculina nesse campo, como veremos adiante.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a agenda do movimento feminista é ampliada e passa a ser composta por temas como “discriminação salarial, dupla jornada de trabalho, a pobreza das mulheres, reivindicação de creches, direito ao prazer,



denúncia da violência praticada contra as mulheres, em casa e na rua, crítica aos estereótipos do comportamento feminino veiculados pela mídia [...]” (SCHMIDT, 2000, p.3).

Atualmente, as bandeiras mais relevantes do movimento feminista nacional estão ligadas, entre outras questões, aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como o acesso ao aborto legal e seguro. No Brasil, a realização de abortos clandestinos é recorrente e se constitui como um problema de saúde pública. A prática é considerada crime inafiançável pelo Código Penal de 1940, salvo em situações de risco de vida para a mãe ou de gestações resultantes de estupro. Apesar de o primeiro projeto de lei que propõe a legalização do aborto ter sido apresentado na década de 1980, a prática ainda é moralmente condenada no país e a votação dos projetos de lei existentes encontra-se estagnada (CARRARA et. all., 2010, p.89).

Surgem ainda como pauta do movimento a igualdade de condições no mercado de trabalho e a representatividade no âmbito político. Em relação a esse último aspecto, a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, para a Presidência do país é um fato relevante e digno de nota, já que ela é a primeira mulher a ocupar tal cargo. No entanto, para garantir a representatividade das mulheres em todos os níveis do governo, foi instituída no Brasil uma política de cotas, ação afirmativa que visa a reduzir as disparidades entre as participações feminina e masculina no campo político.

Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei n.º 9.100, que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte, e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres. Em 1997, após esta primeira experiência eleitoral com cotas, a Lei n.º 9.504, estende a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional - Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital - e altera o texto do artigo, assegurando, não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70%, para qualquer um dos sexos (GROSSI; MIGUEL, 2001, p.169).

Além disso, outro fator relevante a ser destacado no desenvolvimento histórico do movimento feminista é sua segmentação. Como explica Schiebinger (2001, p.26) as mulheres não formam “um grupo cerrado com interesses, antecedentes, valores, comportamentos e maneirismos comuns, mas sim vieram sempre de diferentes classes, raças, orientações sexuais, gerações, países; as mulheres têm diferentes histórias, necessidades, aspirações”. Mulheres negras, indígenas e lésbicas, por exemplo, vêm criando suas próprias demandas e ocupando espaço na luta política. Tais organizações já são numerosas, como acontece no caso de grupos de mulheres homossexuais:



As lésbicas, diante dos enormes preconceitos e violência sofrida na sociedade brasileira, organizam-se em grupos de apoio mútuo, de denúncias e de ação política. Ao longo das últimas décadas produziram inúmeras publicações, realizaram encontros e seminários estaduais e nacionais, além de terem sediado, em 1999, no Rio de Janeiro, o V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe. A incorporação da lesbianidade como questão política foi muitas vezes ambígua, mesmo que no discurso do movimento feminista esteja garantido o respeito à diferença e a não discriminação por orientação sexual (CARRARA et. all., 2010, p.88).

Nos dias atuais, mesmo com a segmentação, que é tida por alguns como um sinal de enfraquecimento, o movimento feminista não se encontra mais restrito às camadas médias urbanas e intelectualizadas, como acontecia no momento de sua formação. O movimento está difundido e presente em diversas instâncias da sociedade, como partidos políticos, sindicatos, grupos autônomos, organizações não-governamentais (ONGs) e universidades. Foi nesse último âmbito que foram elaborados os trabalhos críticos ao saber científico, que se guiaram, inicialmente pela conceituação do termo “gênero”, como vemos a seguir.

3. A ELABORAÇÃO DO GÊNERO COMO ESTRATÉGIA CONCEITUAL

Mesmo antes da organização formal do movimento feminista e da entrada das mulheres no espaço acadêmico, já havia quem questionasse os saberes científicos estabelecidos. Esse foi o caso das cientistas Antoinette B. Blackwell e Elisa Gamble que publicaram obras (*The sexes throughout nature* e *An inquiry into the dogma of her inferiority to man*, respectivamente) refutando as observações de Charles Darwin sobre a evolução das espécies no século XIX. Ambas questionaram o fato de o cientista inglês ter dado ênfase ao papel masculino na seleção natural das espécies (CITELI, 2001, p.132).

Entretanto, os chamados estudos de gênero só se desenvolveram nas décadas de 1960 e 1970, período em que as mulheres passaram a ingressar na ciência (social e biológica)³. Diversos fatores contribuíram para essa mudança, entre eles o financiamento governamental, a atuação do movimento feminista e ainda a instituição do Título VII da Lei de Direitos Civis, em 1964, que proibia a discriminação baseada em sexo nos âmbitos educacional e empregatício (SCHIEBINGER, 2001, p.73).

Buscando desnaturalizar desigualdades entre homens e mulheres e combater o determinismo biológico, os estudos de gênero tiveram como eixo central a criação do

³ Um texto importante para essa discussão é *Os estudos de gênero no Brasil* (1999), escrito por Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj. Na obra, as autoras fazem um amplo levantamento dos principais trabalhos brasileiros sobre a temática.



conceito de gênero. O termo tem origem nos Estados Unidos e vem do inglês “gender”, tendo sido elaborado a partir dos trabalhos da antropóloga Gayle Rubin e da historiadora Joan Scott⁴.

Tal conceito foi criado para evidenciar que o sexo anatômico não é o único elemento que guia as capacidades e condutas humanas. Aquilo que tomamos como masculino ou feminino varia de uma época para outra, de um grupo social para outro. Maneiras de caminhar, sentar e sorrir, para oferecer alguns exemplos simples, não seriam determinadas por nossa biologia, mas sim pelas influências do grupo social em que vivemos. Dessa forma, como produto social, o gênero seria passível de transformação, como explica Sergio Carrara (2010, p.82): “O termo gênero foi introduzido na década de 1970 em tentativas de refrear o então avassalador determinismo biológico, no sentido de distinguir formas culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade de ‘sexo’ biológico, construído como cromossomos, fisiologia e anatomia”.

Uma importante referência para essa segunda fase feminista é o trabalho de Simone de Beauvoir, que escreveu a célebre obra *O segundo sexo* (1949). No livro, a autora ainda não utiliza o conceito de gênero de forma explícita, mas reúne seus questionamentos à sociedade androcêntrica, descartando a possibilidade de a conduta feminina ser guiada unicamente por determinações biológicas.

Com a frase ‘Ninguém nasce mulher, torna-se mulher’, a filósofa francesa promoveu a primeira separação entre sexo e gênero, que fundamentou as críticas feministas nesse período. Ao retirar da biologia o caráter determinista do comportamento feminino, Beauvoir abriu espaço para as discussões sobre a igualdade das mulheres na sociedade e para o surgimento dos estudos de gênero (CARRARA et. all., 2010, p.82).

A dualidade entre sexo e gênero surge, então, como uma estratégia conceitual que será amplamente usada e difundida pelo movimento feminista. A partir dessa dicotomia, o sexo está ligado ao corpo e à natureza, enquanto o gênero se refere àquilo que se entende social e culturalmente como feminino e masculino. Tal diferenciação fica clara se pensarmos que há machos e fêmeas na espécie humana, porém os significados de “ser homem” ou “ser mulher” são socialmente construídos e não devem ser tomados como dados naturais. Ao contrário, aprendemos a nos comportar como homens ou mulheres a partir de um intenso e permanente processo de aprendizado cultural.

⁴ Sobre isto, ver os textos *Traffic on women; notes on the political economy of sex* (1975), de Gayle Rubin, pioneira a estabelecer a distinção entre sexo e gênero e ainda *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1988), de Joan Scott.



Como explica Citeli (2001, p.132) a distinção entre os componentes natural/biológico relativos ao sexo e social/cultural em relação a gênero “foi, e continua sendo, um recurso utilizado pelos estudos de gênero para destacar essencialismos de toda ordem que há séculos sustentam argumentos biologizantes para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente”.

Entretanto, ao efetuar a separação entre sexo e gênero, o movimento feminista acabou por não questionar o domínio do biológico, que seria natural e, portanto, imutável, como analisa Maria Teresa Citeli (2001, p.133):

A ideia inicial de que sexo se referia a anatomia e fisiologia dos corpos deixava o caminho aberto para interpretações de que as diferenças entre mulheres e homens no domínio cognitivo e comportamental, bem como as desigualdades sociais, poderiam decorrer de diferenças sexuais localizadas no cérebro, nos genes ou provocadas por hormônios etc.

Teorias mais contemporâneas (chamadas também por alguns de pós-modernas) afirmam que mesmo o corpo que entendemos como natural sofre ação do gênero, como explica Schiebinger (2001, p.47): “O gênero é impresso diretamente no corpo de carne e sangue, de maneiras que podem não estar associadas com sexo biológico: corpos deformados por ideais culturais de magreza, pés deformados por saltos altos, ou, há cem anos, costelas quebradas por espartilhos”.

Além disso, mesmo as diferenças entre os sexos não devem ser tomadas como fatos incontestáveis. Algumas biólogas feministas e pesquisadoras da área da ciência e tecnologia argumentam que o dimorfismo sexual, baseado no modelo dos dois sexos, não deve ser compreendido como algo estático. De acordo com o trabalho de Thomas Laqueur, foi somente no século XIX que a medicina passou a distinguir o corpo humano a partir de dois sexos distintos. Como ele explica na obra *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, os cientistas do século XVIII acreditavam na existência de um sexo único. A partir de tal concepção, os órgãos sexuais masculinos e femininos seriam idênticos, mas enquanto nos homens eles estariam expostos, nas mulheres eles seriam internos. “A mulher era vista como um homem invertido, menos perfeito e hierarquicamente inferior. Seus órgãos genitais eram exatamente os mesmos que os dos homens, mas localizavam-se no interior do corpo devido à falta de calor vital”, explica Marina Nucci (2010, p.2).

No entanto, apesar de o par sexo/gênero ter sido revisto e relativizado, o conceito de gênero ainda é amplamente utilizado e pode ser definido da seguinte maneira:



Gênero, então, denota entendimentos multidimensionais e mutáveis do que significa ser um homem ou uma mulher no interior de um determinado ambiente social. Ele é historicamente contingente e constantemente renegociado em relação a divisões culturais tais como status, classe e etnia. Embora qualquer homem ou mulher em particular possa rejeitar um conjunto particular de atributos de gênero, ele ou ela, não obstante, se sujeita às regras e regulamentos mutáveis de gênero (SCHIEBINGER, 2001, p.46).

Além da elaboração do gênero enquanto conceito, o movimento feminista trabalhou no sentido de questionar o próprio estatuto científico que privilegiava os homens. Para se contrapor aos estudos que localizavam no corpo a fonte das diferenças entre homens e mulheres, pesquisadoras feministas, juntamente com estudiosos da sociologia do conhecimento científico, passaram a questionar os métodos científicos, a saber: objetividade, neutralidade, transparência, verdade e universalidade. Citeli (2001, p.134) explica que muitos estudos de gênero passaram a “refutar as bases do determinismo biológico verificado em obras de cientistas proeminentes, tanto dos séculos passados quanto do presente, para demonstrar que preconceitos sociais baseados em gênero são tomados como imagens do corpo que se pretendem objetivas e ‘científicas’”.

Metáforas científicas essencialistas também foram analisadas por Emily Martin no livro *A mulher no copo: uma análise cultural da reprodução*. Na obra, a antropóloga discute textos médicos e observa que a descrição da relação entre espermatozóide e óvulo é sempre descrita em termos de atividade/passividade. A mesma pesquisadora encontra ainda trabalhos da década de 1980 que mostram que a superfície do óvulo é capaz de atrair o espermatozóide, que não possui poder de propulsão tão grande. Entretanto, o imaginário sexista não foi superado como explica Citeli (2001, p.137):

Posteriormente, os mesmos cientistas reconceituaram o papel do óvulo, que então passou a ser visto como mais ativo: a “zona” é apresentada como uma agressiva e implacável caçadora de espermatozóides, com detalhes que associam o óvulo agora a uma aranha viúva negra. A autora (Emily Martin) usa esse exemplo para mostrar como novos dados de pesquisa nem sempre levam os cientistas a superar os estereótipos de gênero que espreitam suas descrições da natureza. Ao contrário, permitem levar os estereótipos para o nível das células, o que os faz parecer ainda mais naturais, além de qualquer possibilidade de mudança.

Além disso, apesar do impacto das críticas feministas, estudos de cunho essencialista, que reduzem as diferenças a processos biológicos, continuam tendo ampla repercussão, em especial nos meios de comunicação, sendo os exemplos abaixo representativos do reforço ao sexismo e à dominação masculina (NELKIN *apud* CITELI, 2001, p.137):



Machismo tem bases biológicas e diz: “Eu tenho bons genes, deixe-me reproduzir” (*Time*);

Se pegarem você dando suas voltinhas, não diga que é culpa do diabo. É seu DNA (*Playboy*);

Estupro: geneticamente programado no comportamento masculino (*Science Digest*);

Os homens são geneticamente mais agressivos porque são mais indispensáveis (*Newsweek*).

4. FEMINISTAS BIÓLOGAS: O IMPACTO DA CRÍTICA ENDÓGENA

O impacto da crítica feminista se fez sentir em diversas áreas do conhecimento, como a biologia evolutiva darwinista, já mencionada. No entanto, foi no campo da primatologia, ciência biológica que elabora narrativas sobre a origem da humanidade, que as intervenções feministas refizeram paradigmas fundamentais e as contestações de metáforas de gênero foram mais contundentes (CITELI, 2001, p.141). Como explica Schiebinger (2001, p.30): “[...] as feministas adotaram novos métodos e estimularam a inclusão de temas de pesquisa anteriormente ignorados – fêmeas e machos de baixo status”.

Na década de 1990, as mulheres eram responsáveis por quase 80% dos doutorados na área nos Estados Unidos, como afirma a antropóloga Londa Schiebinger no livro *O feminismo mudou a ciência?*. A mesma teórica oferece algumas indicações que ajudam a explicar o fato de o campo ser fortemente influenciado pelo feminismo. Além de a primatologia ser uma disciplina relativamente jovem e, por isso, mais aberta à participação feminina, ela também está ligada à antropologia, à psicologia e ao comportamento animal, campos tradicionalmente associados à mulher (SCHIEBINGER, 2001, p.179).

Até a década de 1950, estudos sobre os babuínos das savanas africanas explicavam a agressividade masculina, reforçando o ideário de machos dominantes. A figura 1, exposta em uma mostra do American Museum of Natural History, oferece uma possível reconstituição de humanos primitivos que deixaram as pegadas de Laetoli descobertas na Tanzânia. A representação mostra um macho mais alto e mais forte que a fêmea, com o braço apoiado sobre seu ombro como se a protegesse.

A primatóloga Linda Fedigan, no entanto, discutiu o mito do macho protetor ao explicar que retratar a sociedade primata como violenta e dominada por machos estava intimamente ligada ao período de Guerra Fria, por exemplo, além de ter razões práticas,

como a maior acessibilidade dos babuínos selvagens, que eram mais agressivos (Ibid., p.246).

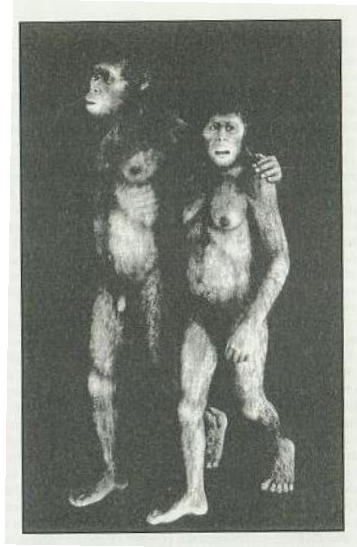


FIGURA 1 – Humanos primitivos
FONTE – SCHIEBINGER, 2001, p. 245.

Também adotando como foco a análise do comportamento das fêmeas, pesquisadoras feministas como Donna Haraway, Jeanne Altmann, Linda Fedigan e Sarah Hrdy trabalharam para subverter o estereótipo das fêmeas dependentes. “As primatólogas questionaram estereótipos de agressão, dominação e aliança masculina, e de submissão feminina. Elas estudaram o significado do estabelecimento de laços por parte das fêmeas através de redes matrilineares, analisaram posturas sexuais assertivas das fêmeas, e competição entre fêmeas por sucesso reprodutivo” (SCHIEBINGER, 2001, p.249).

Dessa maneira, as relações entre as primatas fêmeas deixaram de ser consideradas de menor valor no processo de evolução e se tornaram tema principal de uma importante área de pesquisa.

Após a Segunda Guerra Mundial, a primatologia estava repleta de atitudes estereotipadas em relação a machos e fêmeas. [...] As fêmeas (geralmente estudadas com os jovens como uma unidade reprodutiva única) eram descritas como mães dedicadas de filhos pequenos e sexualmente disponíveis aos machos, na ordem do nível de domínio dos machos, mas quanto aos demais, de pouco significado social [...]. Os primatólogos tendiam a ver as fêmeas como criaturas dóceis, não-competitivas, que trocavam sexo e reprodução por proteção e alimento (Ibid, p.244-249).

É válido notar, no entanto, que a discussão não deve ser reduzida ao fato de as críticas serem falsas ou não, como alerta Donna Haraway (1995, p.39): “Isso não quer dizer que essas novas representações da fêmea biológica sejam, de maneiras simples,



verdadeiras ou fechadas à contestação e à conversa. Ao contrário. Mas essas representações anunciam o conhecimento como uma conversa situada a cada nível de sua articulação”.

6. ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

O último tópico deste artigo apresenta um trabalho contemporâneo escrito por uma pesquisadora brasileira, que mostra como o discurso científico continua reforçando que as diferenças entre homens e mulheres têm origem em seus aparatos biológicos. Acreditamos que a rápida discussão deste trabalho é útil, já que ele busca mostrar que mesmo trabalhos atuais, e não apenas pesquisas antigas, podem ser enviesados por estereótipos de gênero. Tal aspecto é notado por Citeli (2001, p.136) que explica:

Se as sensibilidades de nossa época trazem um certo desconforto diante dos pressupostos sexistas e racistas presentes na obra de cientistas de dois séculos atrás, não podemos nos deixar levar pela ideia de que, nos anos recentes, o “avanço inevitável da ciência” tenha banido de seus conteúdos os pressupostos que levam à exagerada e seletiva atenção dedicada a identificar diferenças sexuais, que são projetadas como naturais e servem de base a metáforas poderosas.

O trabalho “*O sexo do cérebro*”: uma análise sobre gênero e ciência, escrito por Marina Nucci, recebeu o prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, de 2010, oferecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Adotando como *corpus* analítico 76 artigos das ciências biomédicas (endocrinologia, sexologia, neurociências etc.), publicados entre 1995 e 2009, a pesquisadora investiga as concepções de gênero presentes em tais trabalhos, que têm como foco a investigação acerca dos hormônios e do cérebro.

Em sua pesquisa, Nucci nota uma intensa necessidade de se demarcarem fronteiras entre o “feminino” e o “masculino”. Além disso, os resultados obtidos mostram que existe a crença de que haveria um “sexo cerebral”, determinado a partir de hormônios sexuais. Tais hormônios seriam responsáveis por diferenças comportamentais e ainda por variações cognitivas e de habilidade entre homens e mulheres⁵.

Os escritos médicos analisados por Nucci defendem a ideia de que os fetos masculinos, por terem recebido altos níveis de testosterona no útero, seriam mais agressivos e racionais. Já os fetos femininos, que não recebem tal hormônio durante a gestação, tenderiam a se tornar indivíduos mais empáticos, emotivos e cuidadosos. Os

⁵ O livro *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones* (1994), escrito pela holandesa Nelly Oudshoorn, mostra que os hormônios sexuais, que surgem como conceito na década de 1960, não são descobertos, mas sim criados pelo discurso médico.



hormônios sexuais seriam responsáveis pela diferenciação cerebral do embrião que, por sua vez, resultaria em *comportamento* “feminino” ou “masculino” (NUCCI, 2010, p.7).

De forma sucinta, tais teorias afirmam que os chamados hormônios pré-natais são responsáveis por determinadas características e habilidades de homens e mulheres, algo similar ao que era postulado durante o início da pesquisa acerca dos hormônios sexuais, no início do século XX. Durante as décadas de 1920 e 1930, a endocrinologia, “[...] revoluciona os estudos das diferenças sexuais ao introduzir o conceito de que os hormônios “masculinos” e “femininos” são “mensageiros químicos” da feminilidade e masculinidade” (Ibid., p.6).

Por último, é interessante fazer uma observação a respeito do método empregado nas pesquisas biomédicas. Partindo-se de escalas e questionários, que mensuram o grau de feminilidade ou masculinidade, as pesquisas buscam comprovar premissas que estão impregnadas de concepções culturais, como explica Nucci (2010, p.19-20):

Interessante notar, porém, que essas escalas/ questionários são pensados como ferramentas científicas neutras e isentas de valor, mesmo sendo construídas, muitas vezes, a partir de elementos que poderiam ser pensados (a partir de uma perspectiva antropológica, por exemplo) como culturais. As escalas em questão são criadas levando-se em conta 20 comportamentos *típicos* do gênero, para, posteriormente, apresentar *evidências científicas* para as diferenças entre os sexos. Nota-se, portanto, a circularidade do argumento: a escala é criada a partir de elementos *determinados/ escolhidos* pelos cientistas como “típicos” – ou seja, características e comportamentos mais frequentes em meninos e meninas, homens e mulheres – e, posteriormente, essa mesma escala é utilizada como método unívoco para mensurar a adequação do gênero de uma pessoa. (Grifos da autora)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, podemos afirmar que algumas pesquisas do campo científico continuam reafirmando estereótipos em relação às mulheres e reproduzindo desigualdades de gênero. Entretanto, é importante notar que o sexismo se apresenta não só no conteúdo dos trabalhos sobre as diferenças sexuais, mas também na exclusão das mulheres do mundo da ciência. A pesquisadora Londa Schiebinger fala da divisão sexual do trabalho e constata que:

Hoje, as mulheres estão concentradas nas que são conhecidas como ciências *soft*: as ciências da vida e do comportamento e as ciências sociais, em que os salários são relativamente baixos, independentemente do sexo. Poucas mulheres são encontradas nas ciências *hard* ou físicas, cujo prestígio e pagamento são altos (SCHIEBINGER, 2001, p.78)

Esse aspecto da discussão pode ser um tema futuro de pesquisa, apesar de não ter sido o foco deste artigo. Ao longo deste trabalho, vimos que várias mudanças já



foram efetuadas no espaço ocupado pelas mulheres em nossa sociedade. A conquista do âmbito acadêmico, mesmo em condições desiguais, é uma das mais relevantes, abrindo a possibilidade para a existência de uma ciência de orientação feminista. Se utilizarmos os parâmetros e fundamentos da Ciência Moderna, a expressão “ciência feminista” poderia parecer contraditória, entretanto, ela reafirma que o saber científico é sempre interessado e construído socialmente.

Como explica Donna Haraway, a crítica feminista não aposta no relativismo, “uma maneira de não estar em lugar nenhum, mas alegando-se que se está igualmente em toda parte”, mas sim na aceitação da localização limitada do conhecimento e não descarta a possibilidade de objetividade científica na produção do conhecimento. Segundo ela, apenas a perspectiva parcial, o saber localizado são caminhos para uma visão minimamente objetiva. “[...] é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica, objetiva, firme e racional” (HARAWAY, 1995, p.24).

Como afirmamos no início deste artigo, foram abordados alguns exemplos de trabalhos feministas contestadores, porém esclarecemos que a presente análise não busca corroborar de forma irrestrita com a crítica feminista, já que entendemos que o próprio feminismo, enquanto fenômeno social e cultural, também é interessado e se insere na disputa por poder dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Maria Betânia. A participação das mulheres e a Reforma Política. **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano II, n.1, dez. 2008, p.50-60
- CARRARA, Sérgio et. all. **Gênero**. Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vol.2, 2010.
- CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n.1, 2001, p.131-145.
- GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n.1, 2001, p.167-206.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, 1995, p.7-42.
- KHUN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



NUCCI, Marina. “O sexo do cérebro”: uma análise sobre gênero e ciência. Secretaria de Políticas para as Mulheres (Org.). **6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010, p.31-56.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?**. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHMIDT, Simone Pereira. O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90. **Revista Estudos Feministas**, v.8, n.2, 2000, p.1-13.